



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018**

ATA DO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2018

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, no salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, reuniu-se pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia quatro do mesmo mês, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do Regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
2. Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2019,
3. Taxa Municipal pelos Direitos de Passagem (Ratificação).

O senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificada a ausência do senhor Manuel da Fonseca Monteiro, substituído pelo senhor Lourenço Malhadas, do senhor Mário Pissarra Pires, substituído pela senhora Maria Irene Monteiro Teixeira Fonseca e do senhor Albano Manuel Reynolds Pires Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim substituído pela senhora Ana Filipa Brito Canilho Fonseca.

As ausências verificadas estão todas justificadas.

O senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada nesta Assembleia o pedido de renúncia ao mandato do senhor deputado municipal Hélder Manuel Henriques Pintado e nos termos do número um do artigo 55.º do Regimento desta Assembleia foi contactada a senhora Eugénia Maria Pinto Moura e Mendonça que aceitou desempenhar o cargo e estando presente considera-se automaticamente empossada no cargo.

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de imediato dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão e dado que foi enviada aos senhores deputados a versão provisória da ata número oito da sessão ordinária do dia vinte e nove de setembro, solicitou aos senhores deputados se tinham algo a alterar.

Não havendo qualquer pedido de alteração, o senhor Presidente informou que relativamente à ata número oito não podem votar a mesma os senhores deputados Susana Isabel Prelhaz Martins, Maria Irene Monteiro Teixeira Fonseca, Eugénia Maria Pinto Moura e Mendonça, Ana Filipa Canilho Fonseca e Maria Helena Galdes Esteves e Silva, em virtude de não terem estado presentes na sessão.

Terminada a informação o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votantes: vinte e três;

Votos em contra: zero;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e três.

Em face deste resultado a ata foi aprovada por UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR.

Terminada a votação da ata, o senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura da correspondência recebida desde a última sessão da assembleia até ao momento.

De seguida informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra neste período antes da ordem do dia.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “parece-me, nestes vários anos que eu tenho aqui estado, ser a primeira vez que tenho a ocasião de desejar boas festas porque estamos a fazer esta última assembleia do ano antes do Natal. Normalmente são sempre depois do Natal e antes do Ano Novo, mas desta vez é antes do Natal e dá-nos um raro prazer que é precisamente fazer um desejo sincero de Boas Festas a todos.

E portanto estamos na quadra natalícia e na quadra natalícia nós aqui celebramos o presépio e o presépio é o Menino Jesus, mas depois há uma confusão grande porque temos o Pai Natal e o Pai Natal decorre de uma lenda antiga mas que foi aproveitado pela Coca-Cola e a Coca-Cola agarrou e fez um verde, mas não foi só ele, houve também aqui quem fizesse um Pai Natal verde e há um livro que foi distribuído nas escolas do concelho sobre o Pai Natal verde pelo senhor Narciso Moreira, por quem tenho o maior respeito e consideração, fez um Pai Natal verde e eu sobre o Pai Natal verde não tenho grande coisa a dizer, fora a opção clubística, mas entretanto deparamo-nos aqui com uma história, e nós temos aqui na Idanha quem escreva histórias e que escrevem livros que fazem parte do plano nacional de leitura e deve haver um empenho especial por parte da Câmara Municipal, no meu entender, para também potenciar este tipo de situações. Mas entretanto não foi essa a opção e a opção foi outra e portanto estão aqui outros autores e até aqui tudo bem, mas comecei a pensar e como nós andamos sempre a celebrar o 25 de abril e o fim daquelas homenagens que se faziam às imagens de quem nos governava e que eram sistematicamente impostas, comecei a pensar que elas eram impostas mas eram com figuras e não vinham dentro dos livros, mas entretanto achei, e folheando aqui o livro achei engraçado que a nota de abertura fala de Idanha-a-Nova, a nossa bio região, e eu pensei que Idanha-a-Nova tinha o escudo da vila ou fotografias de crianças, não, tem a fotografia do senhor Presidente da Câmara, e esta fotografia do senhor Presidente da Câmara, que simpaticamente manda sempre um cartão para nós não nos esquecermos dele como Presidente da Câmara, fez-me pensar qual é o verdadeiro propósito, e o verdadeiro propósito, obviamente, é saber-se quem é que escreve esta mensagem simpática, mas eu já vi estas mensagens simpáticas serem ser associadas a livros e á cultura, a política associada à cultura em regimes que curiosamente não são regimes propriamente democráticos e eu recomendaria que haveria imagens bem mais simpáticas a colocar do que propriamente esta, que, obviamente será inocente, mas que vem aqui e que levanta algumas dúvidas que algumas pessoas me puseram e às quais eu não soube responder.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Paulo Lopes, Presidente da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremos que disse que “não é meu costume ler o que escrevo e achei que desta vez se impunha escrever, para não extravasar os meus sentimentos, achei que o melhor era mesmo escrever. Antes de mais para todos e principalmente para este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

executivo, afirmar que não estou mandatado por ninguém e nem por nenhum Presidente de Junta, estou a falar por minha livre e espontânea vontade e assumirei as responsabilidades de tudo o que vou dizer.

Venho dar os parabéns à forma como todos os Presidentes de Junta, nesta altura Natalícia, se desdobraram, não só para realizar os convívios das suas aldeias como também poder estar e conviver com as outras aldeias e com os outros Presidentes de Junta. Da minha parte estive onde me foi humanamente possível estar presente. Agradeço a todos eles a dedicação que tiveram nesta quadra festiva.

Também na minha aldeia, desta vez em Monfortinho tive perto de 300 pessoas, representando os mais diversos quadrantes da nossa sociedade, desde as associações às instituições, à população em geral que com a sua presença manifestaram o forte apoio que têm dado a esta União de Freguesias. Ficou uma boa oportunidade para que o Sr. Presidente da CMIN pudesse conviver com as gentes de Salvaterra, pois há 15 meses que não nos visita, mas, a CMIN esteve muito bem representada pela senhora Vice Presidente, Dra Idalina Costa e pelo Sr Vereador João Carlos Sousa, a vocês o meu obrigado.

Caros Presidentes de Junta de Freguesia, vocês são de facto os meus heróis. A forma abnegada, consciente, o trabalho que vocês desempenham diariamente junto da população, vocês sim o braço armado desta câmara, vocês, eu, que 24 sobre 24 horas desempenhamos o nosso trabalho, na resolução diária de todos os problemas que vão aparecendo, a dependência que a população tem do Presidente da Junta é enorme, é o Presidente Raul que telefona às 23 h que o Vale Feitoso está a arder, ou o Trigueiros de Aragão que liga às 2 da Manhã que o rio subiu e está a alagar as caves do balneário, ou o senhor da Funerária às 3 da manhã a marcar um funeral, ou um idoso ligar às 4 da manhã para falar, porque está sozinho e os filhos não querem saber, ou vestir um cadáver porque não havia mais ninguém para o fazer, tantas mas tantas coisas para que somos solicitados, tudo o que fazemos e filtramos para que chegue o menos possível a esta câmara deveria ser reconhecido, quer pelo governo quer por esta Câmara Municipal e não o é. Querem-nos fazer parecer que somos o parente pobre da política portuguesa, mas, sinceramente, não o somos. Somos aqueles que estamos na linha da frente na defesa dos interesses daqueles que em nós votaram e somos os primeiros a dar a cara e o corpo por eles.

Estou no meu primeiro mandato, sou novo e inexperiente, mas diz-me a idade que existe muita falta de sensibilidade desta Câmara Municipal para a elaboração do orçamento no que às Juntas de Freguesia diz respeito. Não houve o cuidado, para atempadamente saber das necessidades financeiras, daquilo que temos para viver, dos nossos projetos, se há dinheiro para os ordenados ou não. Provavelmente, não houve a sensibilidade de colocar a trabalhar com as Freguesias alguém que tivesse a experiência de trabalhar numa junta. Ninguém deveria ser vereador sem passar pelo trabalho junto ao povo, senti-lo, sentir as necessidades, sentir o pulsar de quem cá vive e ser conhecedor dos problemas do dia-a-dia.

Em conjunto deveríamos conhecer o plano de ação da CMIN para que connosco articulássemos trabalho e verbas. Nada disso foi feito.

Quero deixar bem claro que estou, na minha União de Freguesias, completamente dependente das verbas que a CMIN, generosamente nos dá. Sem essa preciosa ajuda, não conseguiríamos sobreviver.

É Inacreditável, inaceitável a falta de respeito e reconhecimento que o Governo, seja ele qual for, pois já passaram alguns por lá, as verbas que nos enviam, vulgo FFF, para gerir as nossas aldeias. Sei que estão fartos de me ouvir dizer isto, mas digo e repito, na minha União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo é tudo vezes 4.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 9 DE 22-12-2018

São 4 cemitérios, são 4 centros de Saúde, 2 juntas, dois CTT, um Berçário e um Jardim de Infância, posto de turismo, loja do cidadão, até nesta altura do Natal enquanto alguns colegas têm 1 aldeia para enfeitar com luzes, eu tenho 4 aldeias. Verba sempre vezes 4, temos 8 funcionários, tenho a maior aldeia do Concelho com 300 habitantes, fronteira, com hotéis, restaurantes, comércio local, que dá tanto ou mais trabalho que uma freguesia. Sei que todos têm os seus problemas. Eu falo dos meus.

É inaceitável a verba que o Estado nos dá para governar as nossas aldeias. O FFF que recebo para tudo isto é 100.800 euros. Só chega para ordenados, segurança social e gasóleo. E o resto? Necessitamos de outro tanto para conseguirmos gerir, ano após ano as nossas aldeias. É por isso que é tão importante o apoio da CMIN, sem ela não sobreviveríamos. A falta de respeito pelo nosso trabalho da parte do governo é gritante....Vamos olhar para a nossa vizinha Espanha, Zarza la Mayor, tem 1300 habitantes, 10 empregados, tem perto de 1 milhão de euros de orçamento. Cilleros, mais perto das Termas de Monfortinho, tem 1680 habitantes, tem 1,697.599 euros de orçamento. O Nosso colega Gonçalo Costa no Ladoeiro, também ele com perto de 1300 habitantes, tem 60.000.00 de FFF é surreal exigirem que faça a gestão de uma freguesia desta dimensão com estas verbas.... Isto é Sintomático do que está errado. Até no respeito que têm pelos Alcaldes é diferente do que o nosso governo tem pelos Presidentes de Junta. A Vanessa, de Zarza la Mayor, a tempo parcial, como o nosso, 24 sobre 24 horas, recebe 20.708.00 de remuneração anual. O Félix de Cilleros, recebe 24.000.00 e nós recebemos 274.77 mês, ou seja 3,294.24....por aqui se vê o respeito que têm por nós. Até os Presidentes de Junta que são remunerados têm subsídio de Férias, Subsídio de Natal, outras regalias. Nós, não temos direito a nada, provavelmente não precisamos. Quando até as Assembleias Municipais têm uma Associação, para quando uma associação de Presidentes de Junta? Ou a ANAFRE não poderá ter uma palavra a dizer?

Quando pensei fazer este discurso, já o alterei três vezes.

Primeiro, fala-se muito em delegação de competências e vi o orçamento 2019 da CMIN ser aprovado e nós não sermos minimamente consultados para também nós podermos fazer o nosso orçamento ou tal como disse anteriormente, concertar os dois orçamentos para em conjunto podermos realizar um trabalho melhor.

Depois, a 10 de Novembro foi-nos apresentado um Plano de Execução que em abono de verdade não compreendo, pois não conheço os seus critérios, logo não entendo as verbas atribuídas. Por fim, vamos ter nova reunião para a definição da Delegação de Competências.

Na primeira proposta verificamos que existe uma Freguesia que é aumentada 10% em relação às verbas do ano passado, outra freguesia, a minha, pouco mais de 20%, uma outra, com um aumento de mais de 50% e para finalizar temos outra freguesia com quase 100% de aumento. Mas, os quase 100% para o Ladoeiro é Justíssimo, os quase 55% para Penha Garcia também é Justo, mas os 20% para Monfortinho e Salvaterra ou os 10% para S. Miguel d Acha, acho na realidade uma afronta. Nesta nova Delegação de Competências, continuarei a cortar kms e kms de estradas Municipais que é Competência da CMIM e nós fazemo-lo à 4 anos, provavelmente mais 2 kms de canteiros na Av Conde da Covilhã que necessita praticamente 1 funcionário para as sua manutenção ou o corte sucessivo nas verbas para educação. senhor Presidente 20% não me parece justo, é manifestamente pouco para as nossas necessidades.

Isto só para exemplificar pois somos 13 Juntas de Freguesia. Fico à espera dos Critérios para a definição da atribuição de verbas. Mais uma vez, penso, que a inexperiência de quem realizou este trabalho, na forma como foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

apresentado, a falta de sensibilidade face aos problemas que atravessamos, fizeram com que ainda não fosse possível fechar um dossier que todos gostávamos de ver encerrado. Acho sinceramente que todos temos razão, que todas as freguesias devem, por direito, receber mais verba pois a maior parte de nós, freguesias, já substituímos muitíssimas vezes as competências da câmara e necessitamos muito da sua ajuda.

Olhamos para este orçamento e vimos dinheiro para tudo, não vimos aquilo que deveria ser o essencial, dinheiro para as freguesias pois é das freguesias e de quem lá vive que depende o futuro de todos nós.

Caro Presidente, em Setembro de 2013, nas Termas de Monfortinho eu disse-lhe, publicamente, que o amava e que seguiria todos os seus passos. Infelizmente hoje não o posso dizer, infelizmente, hoje já não é assim.

O Senhor mudou. Para melhor ou para pior só o senhor poderá avaliar. Eu tenho a minha opinião. O senhor não nos ouve, anteriormente ouvia, o senhor não nos respeita, anteriormente respeitava, o Senhor não se inibe de discutir connosco em público. O que mudou senhor Presidente de um mandato para outro? No passado isto nunca aconteceu. Éramos estimados e respeitados, agora parece que somos um alvo a abater. Mas para quem? A quem serve estes intentos? Não consigo responder, o futuro nos dirá muita coisa.

10 Presidentes de Junta de Freguesia deslocaram-se a Lisboa, à Casa do Concelho de Idanha a Nova por altura do lançamento do Projeto Casa Marrocos, o Senhor pareceu feliz, realçou a nossa presença em pleno discurso. Mas o que o Sr Presidente provavelmente não sabe é que a nossa recepção foi deplorável. Um membro do seu executivo recebeu-nos assim....."Vieram porque vieram de transporte à borla". Lamentável. Sim, fomos num transporte da camara e os restantes membros da CMIN, vereadores e outros, que foram também eles em carros da câmara, pagaram o combustível do seu bolso ou foi do erário público? E o almoço que todos comeram, quem foi que o pagou? O Nosso, os dos Presidentes de Junta, foram pagos por cada um. Não custamos dinheiro nenhum à CMIN. Senhor presidente, estivemos fora 12 horas, deixamos de trabalhar quer na junta quer na nossa vida pessoal e fomos tratados de uma forma lamentável.

O Senhor Presidente devia ser um homem feliz com o comportamento dos seus Presidentes de Junta. Afinal foi o Senhor que os escolheu e o povo que os elegeu. Ao Invés, parece existir no seu executivo quem ainda não percebeu que os nossos jantares é um hino à União entre presidentes, é uma forma de expressarmos o amor que sentimos pela causa que defendemos e nunca uma adversidade à CMIN como lhe querem fazer passar. Este clima de mexericos não devia existir e o Presidente devia ser imune a isto. Melhor, nem deveria permitir que existisse, pois nós Presidentes de Junta somos os seus braços, os seus olhos e se o Presidente ama o que faz, não ama mais que nós, que diariamente lutamos por esta causa. O senhor Presidente devia ter orgulho na nossa união e na nossa relação e não nos virar costas. Se alguma coisa o incomoda, chame-nos...viremos a correr.

Caro Presidente, vou terminar aplaudindo de pé o seu trabalho, o seu espírito lutador por aquilo em que acredita, pelas bio regiões, pelo cativar de negócios e pessoas, etc. Pessoalmente, prefiro, sem margem para dúvidas, tratar e melhorar a qualidade de vida daqueles que preferiram ficar a viver no nosso concelho. Continuo a querer dar aqueles que cá ficaram todas as condições e dignidade para continuarem, connosco, a lutar por melhores condições de vida.

Caro Presidente e aludindo à Quadra Natalícia, Os Presidentes de Junta não são figuras de Presépio que nesta altura vêm adorar a CMIN. São gente que luta, que ama e que quer ser parte da solução e nunca um problema. Gostaríamos sinceramente que as minhas palavras fossem bem entendidas pelo senhor Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

Finalizando, custa-me a entender que neste clima de tensão em que vivemos, não haja da parte do Sr Presidente um pequeno sinal de que está connosco. Só precisamos desse sinal para estarmos todos juntos outra vez. Não esqueça nunca que foi o senhor que nos escolheu e que nós também o escolhemos a si”.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ aproveitando uma parte do que disse o senhor Presidente da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo sobre a dificuldade de gerir quatro sítios do seu território e desde o princípio quando foi imposta a lei da União de Freguesias nós comentámos que eram muito distantes e que era muito difícil e que a união não vinha trazer tantos benefícios económicos como se estava à espera e agora parece que se está a verificar realmente a dificuldade enorme em gerir quatro sítios, de maneira que houve uma promessa de que aquela lei, se o partido socialista ganhasse as eleições ou se governasse tudo voltaria ao antigamente e eu espero que esse desdobramento seja feito para que as aldeias tenham ali a sua proximidade com os seus presidentes e com os seus autarcas, porque para ir a uma assembleia de freguesia da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo temos que fazer cinquenta quilómetros entre ida e volta e isso torna-se muito complicado.

Não sei se o executivo tem algum conhecimento de pessoas com doenças provocadas pelo amianto, que segundo se consta, existe nas canalizações da água entre Segura e Ladoeiro, porque o amianto sendo um produto cancerígeno não sei se haverá alguma sinalização no centro de saúde, alguma informação que nos tenha escapado e que não tenhamos até hoje saber. Fala-se muito no amianto existente nos telhados das escolas públicas, mas nas canalizações eu não tinha conhecimento e tenho ouvido alguns ruídos sobre este assunto e já agora gostaria que me esclarecessem para eu poder falar com as pessoas que apresentaram este problema.

Aconteceu aqui há alguns tempos haver uma comissão de estudo sobre os caminhos do concelho. Não sei se essa comissão entrou em ação e se já apresentou algum estudo que nos possa elucidar sobre os caminhos públicos que existem realmente no concelho. Nesse aspeto queria falar num caminho público que nos diz mais respeito, que é o caminho dos Abegões. É que havia um caminho centenário que parte da estrada nacional que irá por entre os campos fazer a ligação a Toulões e que neste momento, há um mês para cá, está um sinal na entrada desse caminho de que o caminho está cortado quando esse caminho ia até aos Toulões. Parece que na sua substituição, foi feito um outro caminho a começar no cruzamento de Salvaterra do Extremo e que irá entroncar num outro caminho mais adiante onde entroncava o tal caminho centenário. Vi a informação de que tinha terminado a feitura desse caminho novo e fui verificar o que efetivamente se estava a passar. E o que é que se passa! Parece que os Abegões foram comprados por alguma entidade que está a vedar, com uma vedação bastante alta, toda a propriedade e essa vedação teria levado ao encerramento do caminho centenário que partia da estrada nacional depois do cruzamento de Salvaterra do Extremo, o que é de muitíssimo mau gosto poraquê, independentemente utilização que vão dar à propriedade Abegões, há um caminho e há uma lei que não permite que os caminhos públicos, e ainda por cima centenários, sejam fechados e não permitam o acesso das suas populações, sejam elas muitas ou poucas. Assim queria uma informação sobre isto, porque se vão lá meter gado nessa tal propriedade dos Abegões, e se fecharam o caminho por causa desse gado poder circular de um lado da propriedade para o outro, os donos da propriedade têm que arranjar soluções para desenvolver a sua propriedade, a sua produção, o seu lucro e não proibir as pessoas de passarem em sítios por onde toda a vida passaram”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Joana Rossa que disse que “venho felicitar o executivo camarário pela adesão, no último dia 12 de novembro, ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, que visa a concretização de projetos de reabilitação de imóveis, para a promoção do arrendamento, em especial o habitacional, onde se incluem as residências de estudantes, tendo em vista a regeneração urbana e o repovoamento dos centros urbanos.

Este Fundo de Gestão, criado por Resolução do Conselho de Ministros, em 2016, é uma sociedade financeira gestora de fundos de investimentos imobiliários, regulada pela CMVM e pelo Banco de Portugal. As entidades que participam neste fundo, com os seus imóveis, recebem em contrapartida Unidades de Participação, que geram rendimento anual. Não têm de alienar, necessariamente, os seus direitos sobre os imóveis, já que podem permanecer com a titularidade maioritária de subfundos que os integram.

Após a reabilitação do património público, as câmaras podem colocar o edificado no arrendamento acessível. Cabe ao Fundo assumir os projetos, a realização das obras e o respetivo plano de negócios.

Dos 17 subfundos já protocolados, apenas 5 foram assinados por autarquias, destacando-se Idanha-a-Nova, que nas palavras do ministro do Ambiente e para a Transição Energética: “mostra que a dimensão do problema é transversal a todo o país e que, mesmo aglomerados de pequena dimensão, têm “potencial para poder fazer melhor””.

A eleição da reabilitação urbana como eixo prioritário da política urbana e a criação de uma oferta alargada de habitação acessível para arrendamento são dois pilares fundamentais, não só no combate ao despovoamento dos centros urbanos e promoção do acesso à habitação, como também no apoio e dinamização do comércio de proximidade, em particular o comércio tradicional; e incentivo à retoma do setor da construção, criação de emprego e a sua reorientação para a reabilitação”.

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Alberto Gonçalves que disse que “estamos na época do Natal e efetivamente recebemos e gostamos de receber, damos e gostamos de dar, e é uma altura em que não devemos tirar nada a ninguém.

A minha intervenção é muito pacífica, eu apenas venho dar a conhecer algo de que quando nós fazemos intervenções também temos de que ter em atenção o que se diz, ou que não se diz, sobre as intervenções e o que é que elas valem.

A intenção de subir a esta tribuna resume-se tão só a dar-vos conta da importância ou da reflexão que fiz sobre dois documentos, um que esteve em debate nesta mesma Assembleia e um outro que foi publicado recentemente. Trata-se tão só da minha reação, perante o que possa de apelar de informação de interesse, mas que por qualquer razão não despertou a atenção de outros atores com responsabilidades no campo político democrático.

Sabemos que as sondagens, os estudos, as previsões, os pareceres, etc., nunca têm uma só visão ou uma só análise.

A verdade, é que a crítica seja boa ou má sempre deve ser valorizada por quem a recebe. Com humildade se queremos ser valorizados ou com exaltação se queremos ser humilhados.

Vem isto a propósito de uma notícia/informação que li num dos jornais da região.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos fez um estudo que avaliou o comportamento das Camaras Municipais na eficácia governamental, combate à corrupção ou na voz que dão aos cidadãos nas suas decisões.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

O estudo não permite avaliar a posição em números de todos os concelhos, sendo apenas perceptível através de mapa de cores.

A avaliação fixa quatro categorias: Líder, Bom, Capaz e Fraco

O Concelho de Idanha a Nova não se encontrando entre os 25 melhores do país, ainda assim, mereceu a classificação de BOM, nos seguintes itens:

1-Índice de governação local

2-Voz do cidadão e prestação de contas, onde teve em conta a participação ativa dos cidadãos nas reuniões da Assembleia Municipal, a transparência nas contas ou a influência dos cidadãos nas escolhas orçamentais. Por exemplo, via orçamento participativo.

3-Estabilidade política. Avalia nesta categoria a taxa de participação nas eleições, as políticas de longo prazo e a capacidade de os governantes gerarem consensos.

4-Eficácia governamental. A dívida, a execução orçamental, a qualidade dos serviços de água e saneamento, e, o investimento na cultura, educação e serviços sociais.

5-Estado de direito e Prevenção da corrupção.

Aspetos em consideração: prazo médio para pagamento de serviços, material, equipamento. Preferência por contratos transparentes ou a queixa dos munícipes relativas ao Município e às suas entidade.

Se até aqui a classificação era BOM, já de si meritória, mereceu ainda o Município da Idanha uma outra classificação.

LIDER - No acesso e regulação do mercado, que mede a competitividade dos contratos, as tarifas e as receitas municipais.

Não sendo uma análise da nossa responsabilidade, valorizemos e sejamos positivos contrariando uma espécie de pessimismo por vezes instalado. Podemos estar doentes, mas não incuráveis.

O segundo aspeto que gostaria de vos comentar:

A respeito da sessão ordinária desta Assembleia do passado dia 29 de Setembro, um dos pontos da O.T. foi "Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município".

Independentemente de o documento abordar o assunto em análise ao longo de 16 páginas, de todas as intervenções não houve uma única referência ao "Relatório do Auditor Externo sobre a situação Económica e Financeira do Município relativa ao 1º semestre 2018

É da responsabilidade do Município a elaboração da Informação de acordo com os princípios contabilísticos na adoção de políticas e critérios adequados.

Ao Auditor compete-lhe e apenas emitir um Relatório profissional e independente.

Para além das indagações, testes e procedimentos analíticos, podemos ou devemos reter aspetos com relevância.

Ora, relativamente á situação económica ou financeira do Município, importa salientar a ausência de procedimentos relacionados com a aplicação do princípio da especialização dos exercícios, em concreto no que respeita á



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 9 DE 22-12-2018

imputação de amortizações e subsídios ao investimento Ora estes princípios devem ser rigorosamente seguidos, ou seja, os proveitos e os custos sejam contabilizados na medida que sejam obtidos e suportados e não á medida que o pagamento e o recebimento ocorram. Mas deve existir aqui também justiça, pois para uma divida paga em vários exercicios e a afetar apenas ao do pagamento final, distorce resultados.

Ainda no que respeita a indicadores financeiros, constata-se melhorias nos indicadores de solvabilidade, entenda-se capacidade fazer face a compromissos com terceiros á medida que os mesmos se vencem

Capitais próprios / Passivo valores > 1.

Autonomia Financeira, melhoria neste índice que significa a capacidade do Município em cobrir encargos financeiros. Capitais Próprios/Ativo Líquido.

Por último o índice de liquidez que igualmente apresenta melhorias na capacidade de o Município fazer face a compromissos de curto prazo.

Deve ser sempre > 1 quanto menor mais dependente.

Constata-se um aumento do PMR de 55 para 126, enquanto o PMP diminui de 54 para 34 dias.

O indicador de independência financeira, mantém-se a um nível reduzido, o que indica uma menos captação de impostos e taxas, estando como tal, mais dependente das transferências do Estado. A média anda na ordem dos 40% enquanto o Município da Idanha apresenta uma percentagem no patamar dos 20%.

As despesas com pessoal, o peso nas despesas totais é de 24%, sendo que os melhores 35 municípios estão abaixo dos 23%. Não tão longe quanto isso.

Cumprimos com o limite do endividamento municipal e também com a regra do equilíbrio financeiro.

Não é, nem foi minha intenção fazer desta intervenção um ato pedagógico, mas tão só, acentuar dados que, salvo melhor opinião, interessam a quem tem o dever de seguir e fiscalizar a atividade de um Município”.

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João Geraldês que disse que “ em 2012, o então governo PSD/PP retira o Intercidades da linha da Beira Baixa e coloca lá uma automotora. A viagem de Castelo Branco para Lisboa passou a ter mais vinte e cinco minutos, mais cara, mais desconfortável e sem bar. Passados sete anos, pela mão do Partido Socialista, o comboio Intercidades com locomotiva está de volta. A distância temporal entre o interior e o litoral encurtou, o respeito por quem vive no interior prevaleceu. A bancada municipal do PS, em 2013, apresentou uma moção a denunciar o que era então o abandono pelo interior. A moção apresentada teve os votos favoráveis das bancadas do PS e da CDU, com a abstenção do PSD. Passados sete anos é caso para dizer que valeu a pena não ter ficado calado.

Senhores deputados, depois deste executivo ter definido uma estratégia para o futuro do nosso concelho, essa estratégia é reconhecida a nível internacional e dá os seus frutos. Idanha-a-Nova foi distinguida em Londres com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

única menção honrosa correspondente ao segundo lugar do prémio marca territorial do ano, patrocinado pelo New York Times. A distinção deste galardão ganho pela cidade de Eindhoven premeia a estratégia de marca, Recomeçar em Idanha” desenvolvida pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova entre mais de cem candidatos mundiais, tendo superado grandes destinos finalistas como Barcelona, Escócia, Estónia ou Califórnia. Em nome da bancada do Partido Socialista quero dar os nossos parabéns.

Relativamente ao senhor Presidente da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo ouvi a sua intervenção de uma forma muito atenta e não a levo para o lado pessoal, o que seria uma estupidez, levo sim para o lado político. Se há coisa que nestes últimos anos, pois já vai para o terceiro mandato que estou nesta assembleia e sempre a bancada do Partido Socialista criticou, na altura até de governos do Partido Socialista na altura de José Sócrates, veementemente algumas das estratégias que tomava esse governo em prol do interior do país.

Desde 2013 até hoje foram investidos nas freguesias do nosso concelho cerca de doze milhões de euros e não partilho muito bem quando o senhor diz, para se chegar a Presidente de general convém ser soldado e para chegar muitas vezes a Presidente de Câmara era bom ser Presidente de Junta de Freguesia, percebo mais ou menos as suas palavras mas há outras formas de estar na política, como por exemplo no associativismo, nas juventudes partidárias. Há outras formas de participar na sociedade que não seja a de Presidente de Junta, com todo o respeito que tenho pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, mas falou aqui, acima de tudo em descentralização, que a meu ver falta a descentralização para os municípios como para as freguesias, tentou-se há muitos anos fazer a regionalização mas não foi possível, criou-se agora com a deslocalização da Secretaria de Estado de Valorização do Interior, embora eu ache que não há também uma visão qual é o objetivo dessa secretaria de estado, está em Castelo Branco mas falta uma visão mais arrojada da coisa.

A questão que eu queria colocar ao senhor Presidente da Câmara é a seguinte, ouvi falar o senhor Presidente de Junta de Freguesia que este orçamento trazia mais verbas as freguesias e trazia também alguma descentralização para as freguesias em que muitas delas foram aumentadas de forma significativa e por isso gostava de saber qual é a estratégia que o senhor Presidente da Câmara Municipal tem com este aumento de verbas para as freguesias do nosso concelho”.

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ começo por responder ao senhor deputado Paulo Baptista sobre a história do tal Pai Natal verde e sobre o facto de estar a minha fotografia e o meu texto. Já fiz, enquanto Presidente de Câmara e também enquanto vereador da cultura nos mandatos do engenheiro Álvaro Rocha e editamos muitos livros, muitas publicações e sempre escrevi textos e nunca vi o senhor deputado vir aqui referir-se a eles, a não ser agora, e alguns saíram com fotografias, outros não, mas este livro que saiu foi uma peça de teatro que compramos, como compramos muitos serviços a outras entidades do concelho de Idanha e a nível nacional. Foi-nos proposto fazer aqui um trabalho com as crianças sobre a temática do ambiente e achamos oportuno fazê-lo numa altura em que nós aderimos à rede das bio regiões a nível europeu e a nível mundial, porque nós entendemos, e todos sabem, que a nossa estratégia é trabalhar dos zero aos cento e catorze anos, com as crianças em primeiro lugar que são o futuro deste concelho, e portanto todo o conceito em termos de estratégia que queremos desenvolver passa por passar essa mensagem nas escolas e àqueles que são hoje as nossas crianças e amanhã os cidadãos de Idanha-a-Nova. Entendemos que é assim que deve fazer uma sociedade que é investir no futuro e nos seus



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

filhos, no nosso caso nos seus alunos. Portanto esta foi a estratégia que adotamos, que nos foi proposto pela Câmara Municipal e pelos nossos serviços educativos e que eu aceitei perfeitamente e assumo isso perfeitamente sem qualquer problema, pelo contrário, é dessa forma que nós assumimos a nossa estratégia com todos os cidadãos e aqueles que achamos que são os cidadãos do futuro que são as nossas crianças.

A senhora deputada Lurdes Boavida veio aqui falar de um conjunto de questões ligadas aos caminhos rurais públicos ou não públicos. Desse é um assunto complexo, não é fácil, sobretudo num território como o nosso que tem mil quatrocentos trinta e sete quilómetros quadrados e que não é fácil definir o que é público e o que não é público, sobretudo quando há conflitos. Esse é um problema gritante que nós temos, que tratamos de uma maneira diferente de como se tratou em Espanha, em Espanha, e muitíssimo bem, registaram-se nas conservatórias os caminhos públicos e hoje estão salvaguardados, mas em Portugal isso não está salvaguardado. Geralmente quando há conflitos vão ser terminados em tribunal. Se tivéssemos nós instrumentos para poder em determinada altura em que há conflitos podermos definir de facto o que é público e o que não é público. Há alguns instrumentos que temos ao nosso dispor e sobre o caso que colocou, poderemos analisar em conjunto com a senhora deputada o que é que poderemos ajudar, assim como em outros que nos aparecem, mas a partir do momento em que há conflitos obviamente quem ambos acham que têm razão e o objetivo é poder-se encontrar um consenso que muitas das vezes não havendo acaba de facto no tribunal.

Quero também responder ao senhor Presidente da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo e dizer-lhe o seguinte, hoje a sua intervenção veio ajudar-me, nem imagina o quanto me veio ajudar, porque eu na vida tenho uma postura e que manterei até ao fim da minha vida. Uma postura de honestidade, mesmo em termos políticos, desde que vim para aqui entendo que a política é uma forma de podermos fazer e termos uma atitude pública pessoal com carácter. E morrerei com esta maneira de ser porque foi aquilo que o meu pai me ensinou. Ele foi funcionário público toda a vida e uma coisa que ele me ensinou foi ser honesto. Meu pai não foi um homem rico, mas foi um rico homem. Foi fiscal das obras públicas e tentou ser corrompido muitas vezes e indo contra os chefes dele manteve a sua integridade até ao fim da vida dele. Portanto o senhor veio ajudar-me porque qualquer homem que não quer ver é um grande cego e eu também assumo quando cometo erros e de facto ao escolhê-lo a si cometi um grande erro e assumo-o aqui hoje, mas assim como o assumo aqui hoje a confiança que eu lhe dei quando o escolhi, e o senhor sabe em que circunstâncias foram, retiro-lhe hoje aqui essa confiança. Portanto o senhor não tem mais a minha confiança política, e assumo isso.

E agora se quer falar do que nós damos efetivamente de apoio às freguesias, e já nem falo dos quinze meses que não vou à sua União de Freguesias, mas o senhor no seu mandato anterior em que foi candidato diz que fez cento e vinte obras e posso elencá-las todas porque tenho esses dados, mas todas elas com a colaboração da Câmara Municipal e exatamente porque diz que o governo da administração central não lhe dá o dinheiro suficiente e teve sempre da Câmara Municipal todo o apoio como todos os presidentes de junta, sem cores, e isto também foi apanágio do engenheiro Álvaro Rocha e também é meu enquanto aqui estiver, mas há algo que eu não posso aceitar, é a falta de lealdade, a falta de carácter, que foi aquilo que o senhor hoje aqui demonstrou, e isso eu não aceito de si nem de ninguém.

As juntas de freguesia no meu mandato anterior receberam mais um milhão de euros do que no mandato do engenheiro Álvaro Rocha anterior. E neste mandato no orçamento anterior estavam inscritos quinhentos trinta mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

euros e neste passámos para oitocentos mil euros, porque sempre achámos que as juntas de freguesia que não tinham os meios suficientes porque estão próximos das populações, e foi definindo alguns critérios que a descentralização, que está aí, que vem definir, que fomos tentando encontrar critérios para isso, e fomos até com alguns presidentes de junta que fomos pedir essa colaboração que andaram a fazer esse levantamento, e aqui os nossos técnicos e também os nossos colaboradores, e os nossos vereadores, todos, mas não foi para dizer que este é mais que aquele ou o outro tem mais que o outro, pelo contrário, os critérios que fomos definindo, os objetivos, com os quais eu não concordo, estes critérios e objetivos, porque é graças a esses critérios e objetivos que nós temos a centralização que temos em Lisboa, porque o que se olha para o país é “onde é que há gente, é em Lisboa, então é para aí que tem que ir o dinheiro”, o resto não. E os critérios e objetivos fomos definindo-os pelo número de população, número de quilómetros e fomos sem olhar que este era mais que aquele ou o outro é menos que o outro. Obviamente tentámos fazer aqui alguns processos de correção para que aqueles que ficavam com menos não ficassem tão prejudicados e os senhores presidentes de junta sabem que na definição destes critérios eu sempre disse e continuo a dizer, ninguém vai ficar com menos dinheiro do que o que recebeu o ano passado. Ninguém naquilo que queremos distribuir para o próximo ano e que ainda não distribuimos porque entretanto existe um processo de descentralização com o qual nós queremos estar consentâneos a discutir estas questões para que as juntas de freguesia possam ter mais e melhores meios para poderem desempenhar a sua função próximo da população. Foi sempre isso e nem fui eu pessoalmente que tratei disso, tivemos um conjunto de técnicos, de colaboradores, vereadores para que encontrássemos aquilo que fosse o mais justo e o mais justo, obviamente, pode não ser a sua opinião, mas uma coisa é certa não queremos prejudicar um para beneficiar outro. Esta é a nossa postura, é a minha postura e há-de ser sempre a minha postura para quem de uma forma leal e correta quer trabalhar connosco e se o senhor não quer trabalhar connosco não tem problemas nenhuns, trabalha sozinho com aquilo que o Estado lhe dá, está à vontade. Ninguém obriga a Câmara Municipal fazer descentralização para as juntas de freguesia e nem o senhor é obrigado a aceitar a nossa descentralização. O senhor não faz, fazemos nós, é muito simples, portanto se o senhor não quer, nós não fazemos.

No ano passado, em termos de verbas demos para as juntas de freguesia setecentos quarenta e sete mil, trezentos e quinze euros e sessenta e nove cêntimos, mas também demos em apoio logístico, como por exemplo tuenant, autocarros, equipamentos, educação, o que pagamos de transportes, o que pagamos de alimentação gratuita na sua freguesia, nos lares e centros de dia das diferentes freguesias, o que damos às associações, o que apoiamos os seus empresários na sua freguesia. Porque eu não fui ao jantar que o senhor promoveu, a Câmara Municipal não é o Presidente, é o Presidente da Câmara, é a Vice-Presidente da Câmara, são os vereadores, são os chefes de divisão, e eu não fui passear ou de férias, fui trabalhar para Madrid exatamente para vender turismo para a sua freguesia, para os seus empresários, mas estive lá muito bem representado pela senhora Vice-presidente da Câmara que também é um elemento do executivo. Portanto a forma como o senhor se dirigiu aqui obviamente que não a aceito, nem aceitarei essa forma de estar.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Paulo Lopes, Presidente da União de Freguesia de Monfortinho e Salvaterra do Extremo que disse “ senhor Presidente eu não fiz pergunta nenhuma, eu falei num estado de alma que é aquilo que eu sinto e o senhor Presidente invoca a honestidade, mas acho que mais honesto do que eu estou a ser, não posso ser. Estou



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018**

aqui a dizer da minha justiça aquilo que eu sinto em relação àquilo que se passa com as nossas aldeias. Fico contente por o ter ajudado, honestidade também é o meu lema e por isso eu estou aqui e se tem dúvidas sobre a minha honestidade não sei qual a razão, mas eu tenho a coragem, porque não estou preso a nada. Tudo o que disse relativamente aos apoios da Câmara Municipal às freguesias não poderia ser de outra forma, porque nós não temos condições para desenvolver a nossa atividade sem esses apoios”.

Terminada a intervenção do senhor Presidente de Junta, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ assisti agora aqui a uma situação deveras invulgar e penso que não pode corresponder de forma alguma à verdade, o senhor Presidente da União de Freguesia de Monfortinho e Salvaterra do Extremo veio aqui fazer uma declaração e o senhor Presidente da Câmara retirou-lhe a confiança política, publicamente, e começou a cobrar, por assim dizer, a afetação de recursos da câmara nestas freguesias, quando as verbas não são para o senhor Presidente da Junta, mas sim diretamente para os municípios que habitam nessas freguesias. Portanto criou-se aqui uma situação deveras complicada porque parece querer dizer que de futuro qualquer Presidente de Junta de Freguesia que se possa insurgir contra determinadas situações em defesa dos seus municípios, terá da parte do senhor Presidente da Câmara a mesma reação. Portanto parece-me que isto não é correto e não é honesto para os outros, já que os priva de ter aqui um livre pensamento e é isso aquilo que se trata, uma vez que são os legítimos representantes dos municípios que vivem nessas freguesias. Isto quer dizer que se houver alguém que não seja do seu partido, não tem a sua confiança política, não é assim senhor Presidente. O senhor Presidente continuará a colaborar porque eles estão para defender os interesses legítimos de quem vive nas suas freguesias. Portanto estamos a misturar sentimentos que não podemos fazer.

Eu apelo, sinceramente, a que isto que aqui aconteceu não se repita porque não corresponde à realidade.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “só quero aqui dizer que os nossos critérios relativamente às juntas de freguesia não são critérios políticos, nunca foi e nunca será, e isso foi claro e todas as juntas de freguesias receberam as mesmas instruções de que os critérios são objetivos e é assim que vai ser e continuará a ser. Agora o que falamos aqui foi de outra situação, confiança política neste momento, eu tenho esse direito enquanto Presidente de Câmara escolher em quem eu tenho ou não confiança política e o que eu assumi aqui foi retirar a confiança política a uma pessoa que eu escolhi como candidato para uma União de Freguesias e perante a atitude que aqui teve não me restava outra solução, assumindo o erro de o ter escolhido e assumir aqui que lhe retiro a confiança política.

Terminada a discussão do período antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

Martins que disse que “ queria deixar uma nota quanto à data da marcação desta assembleia de hoje senhor Presidente que é da sua responsabilidade, temos famílias, eu sou mãe de crianças pequeninas, todos nós temos as nossas famílias que estão a regressar nesta altura natalícia e seria para os próximos anos seria mais útil para todos estarmos na semana a seguir, ou até durante a semana, porque um sábado de Natal, bem sei que para alguns não faz diferença nenhuma porque não têm estas tarefas e responsabilidades que nós, por exemplo, teremos, mas hoje não seria o melhor dia, mas em todo o caso estamos cá, antes do Natal e aproveito para desejar a todos um Santo Natal e suas famílias e também votos de um Próspero Ano Novo.

Posto isto queria apenas referir quanto à informação sobre a situação financeira do Município dizer que mantemos os prazos de pagamentos a fornecedores nos 42 dias, é mais ou menos o mesmo prazo que se verificou em setembro e por isso é de realçar que não estamos a recuperar mas continuamos neste seguimento de atraso nos pagamentos. Quanto a uma nota que me preocupa mais, de certa forma, é relativamente aos níveis de execução, quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa de capital e se verificarem temos um nível de execução de receita de capital baixíssima para esta altura do ano. Estes dados são-nos lançados a 5 de dezembro, a 25 dias do fecho do exercício de 2018 e portanto temos um nível de 36,28%. Encontramos aqui algumas explicações que nos são dadas naturalmente que as transferências do FEF se fazem nesta altura, contudo pergunto eu, isto será também uma questão que nos poderemos colocar aquando da discussão do orçamento, se não estão aqui evidenciadas as faltas de receitas que tínhamos a expectativa de as receber dos fundos comunitários dos chamados overbooking e estamos sempre a bater na mesma tecla, ou seja, orçamentamos valores que não recebemos e portanto estamos no final do ano e há uma receita significativa que não recebemos, que não sabemos que vamos receber, e de despesa de capital estamos num nível abaixo dos 50%, ou seja, 46,94% e eu pergunto o que é que se deixou de fazer? Que medidas importantes deixaram de se implementar para isto chegar a este ponto ao nível de menos de 50%.”

Se o senhor Presidente da Assembleia achar por bem, fazemos um intervalo de cinco minutos para refletirmos sobre aquilo que aqui se passou. Eu entendo, e foi esta a minha perceção, e sabemos que todos nós somos pessoas e vimos para aqui sempre com cada um estado de alma, mas não foi um estado de alma que eu aqui acabei de falar, não foi uma posição pessoal de uma pessoa que aqui acabei de ouvir, foi uma posição de alguém que tem responsabilidades sérias e, seguramente não ponho isso em causa, assumiu tais responsabilidades institucionais, e portanto não ouvi aqui o senhor indivíduo Paulo Lopes a falar sobre um estado de alma individual, mas sim enquanto membro de uma autarquia, mas sim enquanto Presidente de Junta e sim com responsabilidades nessa matéria e falando ao executivo dirigindo-se ao senhor Presidente do executivo. Portanto vi dois membros institucionais a falarem um com o outro, e é sobre esse tema institucional que acho que nós devemos refletir, debater e pensar o que é que foi dito e aquilo que ficou por dizer em termos institucionais, eventualmente na falta de cooperação institucional.

Julgo que aquilo que o senhor Presidente da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra aqui veio com alguma revolta, ou com toda a revolta dizer, foi aquilo que nós temos vindo a dizer há muito tempo e é o reflexo daquilo que vimos dizendo há muito tempo, falta dinheiro nas juntas de freguesia, as transferências para as juntas de freguesia são manifestamente baixas. O senhor Presidente da Câmara diz que é por culpa do governo. Não e vejam-se os orçamentos e compare-se com as transferências entre aquilo que é feito para as juntas de freguesia e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

aquilo que é feito para outras entidades, designadamente de solidariedade social. E uma última nota, ceguei à conclusão que afinal não são os senhores presidentes de junta que pedem que as transferências sejam feitas para as outras entidades, designadamente de solidariedade social, e não diretamente para as juntas de freguesia. Eles pedem mais dinheiro e esse dinheiro é que não é dado por motivos que nós conseguimos encontrar aqui neste orçamento e em todos os outros orçamentos anteriores.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da assembleia deu a palavra ao senhor deputado João Geraldês que disse que “ no dia 13 de novembro decorreu no Centro Cultural Raiano a apresentação da estratégia Nacional para a Agricultura Biológica e contou, mais uma vez, com a presença de um membro do governo o senhor Secretário de Estado da Floresta e do Desenvolvimento Rural. Este enalteceu a importância seguida por este executivo camarário na questão da agricultura biológica. 50% do consumo português em produtos biológicos é importado. Este valor revela o quanto é importante a aposta nos produtos bio que este executivo camarário tem apoiado. Por falar em produtos portugueses e biológicos, Catarina Portas tem um conjunto de várias lojas de seu nome “A vida portuguesa”, um projeto muito interessante que vende produtos portugueses, onde já chegou a ter uma série televisiva. Foi com grande satisfação que verifiquei numa das suas lojas, da Baixa Chiado em Lisboa, que tem produtos das Sementes Vivas e Aromas do Valado a serem comercializadas e são produtos do nosso concelho.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ eu estava aqui à procura deste anúncio que foi feito pelo senhor deputado João Geraldês e volto a não encontrar aqui na informação e volto a chamar à atenção do senhor Presidente da Câmara que nós continuamos a não ser informados, nem convidados, da maior parte dos eventos que há e que são protagonizados pela Câmara Municipal, seja na pessoa do senhor Presidente, seja na pessoa dos senhores vereadores. Já falei disso anteriormente e apelei diretamente ao senhor Presidente da Câmara e estou a apelar neste momento quer ao senhor Presidente da Câmara, quer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque eu não tenho grande disposição para estar aqui a ouvir estas coisas, quando eu deveria ter sido informado disso previamente porque nesse caso eu gostaria também de participar e ainda por cima fala-se em agricultura biológica que é uma situação que me é francamente grata.

Senhor Presidente, eu não vim falar do facebook aqui hoje porque não queria falar, mas que já cá estou refiro que no documento se fala no Banco Social de Roupas e Bens do concelho de Idanha-a-Nova e isto é feito através do Gabinete de Ação Social, penso eu, com critério próprio sem regras por aí além e pergunto se existe um regulamento para fazer esta atribuição destas verbas. A senhora deputada Susana Martins já fez o favor de vir aqui fazer uma intervenção, mas eu gostava de chamar a atenção que no que diz respeito à totalidade de despesa nós estamos com uma execução de despesa corrente de 80%. No cômputo geral do orçamento a despesa de capital, ou seja o investimento, reduz-se a 20% do total do orçamento. Francamente baixo, desvirtua completamente o orçamento que foi aprovado em assembleia anterior.

Senhor Presidente, os senhores andam neste momento a fazer limpeza de faixas junto às vias e penso que será no sentido de retirar resíduos secos, penso que não tem nada a ver com corte de resíduos verdes ou de massas verdes uma vez que elas vão crescer novamente, por isso gostava que alguém me informasse qual é o propósito de andar a fazer isto neste momento. Gostava também de saber porque é que vão gastar quase setenta e cinco mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 9 DE 22-12-2018

euros em que é que consiste a aquisição de serviços para a organização produção e direção artística do Festival Internacional de Músicas Antigas de Idanha-a-Nova, e em que é que consiste o evento histórico-cultural de gastronomia inserido no ciclo 12 em Rede-Aldeias em Festa.

Quanto à instalação e disponibilização de redes Wireless nas tipologias Wi-Fi e Bluetooth, estruturada com base em Beacons, nas aldeias de Monsanto e Idanha-a-Velha gostava de saber se porventura esta situação pode gerar ou não compromissos plurianuais e se esta instalação será para benefício de funcionários e portanto funcionamento de toda a câmara.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ o sistema Wi-Fi é um programa das aldeias históricas cofinanciado em 85% pelo Turismo de Portugal para a rede das aldeias históricas e o Festival Fora do Lugar é para os próximos três anos e este é um festival internacional de músicas antigas que tem sido premiado pela Europa e felizmente acontece em Idanha-a-Nova, o que nos trás salas cheias de público durante três semanas em todo o concelho de Idanha-a-Nova. É um dos nossos exemplos de sucesso que acontecem no concelho. Os eventos 12 em rede também é um evento das aldeias históricas e como o próprio nome indica acontece nas doze aldeias históricas durante o ano e que vai rodando e têm a mesma estratégia de comunicação e de desenvolvimento, cofinanciado também a 85% pelo Centro 2020.

Relativamente à questão levantada pela senhora deputada Maria de Lurdes Boavida relativa ao amianto nas redes de distribuição de água nós temos ainda muitas situações de amianto no concelho, infelizmente não apenas nas canalizações, mas também nos telhados de algumas instalações escolares e desportivas. Acabamos de fazer esta semana, com os nossos serviços a quem eu agradeço o grande trabalho que tiveram durante veste final do ano, treze candidaturas aos programas comunitários, o que envolve muitos milhões de euros, muitos deles para retirar muito amianto de muitos dos nossos edifícios. Estamos a fazer um conjunto de trabalhos da rede de água e de esgotos para podermos também fazer a recuperação dos nossos sistemas muito antigos e com muitos problemas e que para se tornarem sustentáveis precisamos de fazer todo este trabalho de inventariação e de cadastro. É um trabalho muito complexo mas é fundamental para a sustentabilidade, não só da gestão dos recursos de água, como também da energia e do tratamento de esgotos. Portanto é um trabalho muito grande e um problema muito grande que infelizmente temos que conseguir resolver e que vai implicar investimentos de muitos milhões de euros e que temos que conseguir financiamento comunitário e para o conseguirmos temos que ter uma estratégia. Hoje não há apoios, como havia há muitos anos, para fazer estes investimentos, a não ser que consigamos demonstrar que temos um sistema sustentável e que com os investimentos que vamos fazer vamos viabilizar a sustentabilidade do sistema. É isso que estamos a trabalhar com equipas no terreno e estamos a ponderar também a hipótese de podermos ter uma equipa permanente da Câmara Municipal a substituir em permanência todo o nosso sistema que é muito grande, com uma rede de mil quatrocentos e dezassete quilómetros quadrados, é algo muito complexo mas que tem que ser feito.

Relativamente às taxas de execução referidas pela senhora deputada Susana Martins digo que normalmente no final do ano há sempre um acerto nas taxas de execução e tanto quanto os nossos serviços nos informam lá tere4mos as nossa taxas de execução que são adequadas como têm sido apanágio desta Câmara Municipal. Muitos dos programas comunitários e os que tínhamos previsto vão passar para o próximo ano, e isto tem a ver com



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018**

os programas que se foram atrasando e portanto no próximo ano teremos muito maior execução em muitas destas obras. Aliás muitas destas candidaturas que aqui referi e que acabamos de entregar estavam previstas para este ano, mas que fruto do atraso do quadro comunitário também não foi possível fazer, nem concretizar, mas chegaremos ao final do ano com taxas de execução boas, como tem sido apanágio desta Câmara Municipal.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia informou que para preparar a sala tendo em vista a continuação da ordem de trabalhos a sessão iria ser suspensa por dez minutos.

Terminada suspensão, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO DOIS: PROPSOTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019 - O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para fazer uma explanação do documento. O senhor Presidente da Câmara solicitou que a chefe de divisão Patrimonial e Financeira da Câmara Municipal fizesse uma primeira abordagem técnica.

Devidamente autorizada, a senhora doutora Carla Santos disse que “o valor global do orçamento para o ano de 2019 é de vinte e quatro milhões, vinte mil, novecentos cinquenta e um euros e resumidamente em termos de receitas e de despesas destes vinte e quatro milhões, dezassete milhões quinhentos sessenta e sete mil, cento e noventa euros são receitas correntes e seis milhões quatrocentos cinquenta e três mil, setecentos sessenta e um euros são receitas de capital. Relativamente às despesas dezasseis milhões, setenta e cinco mil, duzentos trinta e seis euros em despesas correntes, e sete milhões, novecentos quarenta e cinco mil, setecentos e quinze euros em despesas de capital. Em termos percentuais relativamente ao total do orçamento a distribuição da receita e em termos de receita de capital representa 26,9% em termos de receita corrente representa 73,1%. Relativamente à despesa, 33,1% são despesas de capital e 66,9% são despesas correntes.

Face a esta apresentação a regra do equilíbrio orçamental relativamente às receitas e despesas correntes previstas temos uma margem de novecentos e três mil, cento e oito euros e vinte e cinco cêntimos.

Detalhando um pouco mais quer em termos de receita, quer em termos de despesa, e começando pela parte da receita pode-se constatar que o valor maior em termos de receitas correntes e de capital são as transferências do FEF. Em termos de despesa temos duas rúbricas com valores mais elevados e que têm a ver com as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços, isto nas despesas correntes, nas despesas de capital a rúbrica de maior relevo é a de aquisição de bens de capital.

Relativamente às grandes opções do plano representam doze milhões, quinhentos oitenta e três mil, trezentos noventa e três euros, sendo que seis milhões, seiscentos noventa e dois mil, seiscentos noventa e cinco euros são referentes ao Plano Plurianual de Investimentos e cinco milhões, oitocentos noventa mil, seiscentos noventa e oito euros são as Ações Mais Relevantes. Percentualmente as AMR representam 24,5% e os PPI 27,9%.”

Terminada a intervenção da chefe de divisão Patrimonial e Financeira, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “o plano de atividades e orçamento que foi apresentado pela chefe de serviços da área financeira e patrimonial resume todos os documentos que estão na proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano que foram enviados aos senhores deputados e que representam o investimento do município no próximo ano de vinte e quatro milhões de euros. Este orçamento tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 9 DE 22-12-2018

um crescimento muito significativo, face ao do ano anterior, que tem a ver com a nossa capacidade de captação de investimento e também com a nossa estabilidade em termos económico-financeiros. O Município de Idanha-a-Nova tem hoje, face a 2014, temos vindo a conseguir captar muita receita corrente em termos médios. Em 2014 tínhamos uma média de receita corrente cerca de onze milhões de euros e no terceiro trimestre de 2018 temos uma receita corrente de catorze milhões de euros em termos de média, o que é uma captação de receita corrente absolutamente extraordinária em termos de crescimento.

O nosso endividamento, que define bem a nossa estabilidade económico-financeira é de 0,31% no terceiro trimestre de 2018. Explicando o que isto significa é que as câmaras municipais face à receita corrente média, que no nosso caso é de catorze milhões de euros, tem um limite de endividamento de um e meio, ou seja nós poderíamos ir até um endividamento no limite legal de dívida total de vinte e dois milhões de euros. A Câmara Municipal entre os empréstimos bancários e as dívidas a fornecedores, que vamos gerindo na nossa conta corrente, temos quatro milhões de dívidas, na sua maior parte dívida bancária pois como sabem o ano passado concretizamos um empréstimo de dois milhões e quinhentos mil euros para os investimentos que estamos a fazer.

É esta boa capacidade económico-financeira que nos tem permitido fazer um investimento grande por todo o concelho, e durante estes últimos anos nós investimos doze milhões de euros em obras em todas as freguesias, arruamentos, caminhos municipais, que foram obras feitas diretamente pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, para além do valor que temos dado às freguesias para descentralização na manutenção e limpeza dos caminhos. Mas o nosso grande investimento tem sido na coesão económica e social. Hoje o Município de Idanha consegue estar quase a conseguir, a nível dos fluxos migratórios, os resultados positivos passado setenta anos. Estamos, nos 308 municípios, nos 100 municípios em termos de atratividade de investimento, atratividade de pessoas para o concelho, da criação de riqueza e criação de emprego. Estamos nos 40 municípios, dos 308 do país, na criação de novas empresas por habitante. Estamos também em nono lugar no número de filhos por mulher em idade fértil. Crescemos no número de alunos no concelho de Idanha onde aumentamos 11%. Estamos a abrir escolas e isto são indicadores muito positivos relativamente ao concelho de Idanha, à captação de riqueza e à captação de emprego para o concelho de Idanha-a-Nova. E a nossa primeira preocupação é criar as condições de qualidade de vida para os idanhenses, para aqueles que aqui vivem, para as gentes da nossa diáspora e para aqueles que querem ser os novos idanhenses. A nossa preocupação, e eu tenho dito isso sempre, é para aqueles que aqui vivem é criar as condições de qualidade de vida e tem sido na educação, tem sido na segurança, tem sido na área da saúde, nas áreas de habitação, com os projetos que estamos a concretizar, para que viver no concelho de Idanha e para aqueles que aqui vivem, que são os residentes e recenseados, criar estas condições de qualidade de vida. E é aí que temos subido e é aí que vamos continuar a subir com esta nossa estratégia que temos desenvolvido e que tem sido reconhecida a nível nacional e internacional.

Hoje estamos a captar muitíssimo investimento para o concelho de Idanha em diferentes áreas económicas, e é isso que nos próximos anos, e nomeadamente no próximo ano, vamos ter aqui de destaque no concelho de Idanha-a-Nova. Para o ano vamos ter grandes eventos por grandes empresas que vão sediar-se em Idanha-a-Nova. Estamos a constituir alguns PIN,s, e já ouviram falar de um PIN de cerca de cento e cinquenta milhões de euros de investimento privado por um consórcio brasileiro que está a investir em Idanha numa das maiores explorações da Europa da produção de amêndoa, mas também na área de produção de nozeiras, na produção de vários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

investimentos e investidores que estamos a conseguir trazer para o concelho de Idanha. Sai esta semana mais uma empresa, uma cooperativa de produção agrícola que foi constituída em Idanha para acolher investimentos de Portugal e de Espanha.

É isso que nos deixa satisfeitos, é que estamos a trabalhar e estamos a conseguir trazer investimento e pela primeira vez a Idanha em 2018 e 2019 vai passar, passados setenta anos, os fluxos migratórios para positivos. Esta é uma certeza para a qual trabalhamos, e é com deste propósito, com esta estratégia que este orçamento e as grandes opções do plano para 2019, têm esta ambição de fazer de Idanha um município que tem a menor taxa demográfica do país, um exemplo para o país e isso tem sido elogiado a nível nacional e internacional esta estratégia.

Mais do que os elogios o que nós queremos é resultados práticos, o que nós queremos são resultados em todas as nossas freguesias. A nossa estratégia nunca foi centralizar na sede da vila de Idanha, é todo o concelho a desenvolver-se, e nomeadamente a sede do concelho, por isso vamos fazer no próximo ano grandes investimentos na reabilitação urbana, naquilo que nos foi possível, estamos a captar o máximo, e só foi possível na vila do concelho, infelizmente contra a nossa vontade as outras freguesias não são abrangidas e é uma luta que temos com este quadro comunitário que foi feito pelo governo anterior, mas um conjunto de autarcas junto deste governo temos lutado para que todas as freguesias tenham essa possibilidade e a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova investiu fortemente em todas as freguesias, em todas elas estão a ser feitos planos estratégicos para reabilitação urbana em todas as malhas urbana do concelho de Idanha. É um investimento muito grande para que nós, com isso, possamos definir políticas de reabilitação e de fixação de pessoas em todas as áreas urbanas do concelho, porque todas são importantes, desde a mais pequena à maior. Já aquilo que são os investimentos nos edifícios públicos, nós estamos a fazer um levantamento e no nosso património temos cerca de 330 edifícios da câmara municipal, estamos a fazer projetos de eficiência energética, e no próximo ano vão avançar sete projetos de eficiência energética para muitos dos edifícios públicos do nosso concelho. É um grande investimento de capital que no próximo ano iremos fazer.

Orgulhamo-nos de termos na Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, uma equipa, que para o ano vai ser aumentada, responsável pela elaboração de candidatura a fundos comunitários, porque temos uma situação económico-financeira muito positiva que se reflete neste orçamento, onde vamos ter uma despesa de mais de um milhão de euros porque decidimos ter mais quadros, e estes vão trazer-nos mais riqueza e mais emprego para o concelho de Idanha-a-Nova. É esta a nossa estratégia porque não desistimos e somos daqueles que achamos que o concelho de Idanha é um concelho de futuro, um concelho de desenvolvimento, e é um concelho de futuro em todas as nossas freguesias e áreas urbanas.

Esta é a nossa estratégia que está refletida neste orçamento, muito ambicioso, que reflete a nossa capacidade de trabalho, a nossa vontade de trabalhar com todos, obviamente que não vamos conseguir resolver todos os problemas, temos essa consciência, mas estamos sempre disponíveis para os ajudar a resolver, numa estratégia de eficiência coletiva e é aqui que queremos ocupar o nosso tempo e a nossa energia. É a trabalhar de uma forma positiva para resolver os problemas reais do concelho de Idanha-a-Nova.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Jorge Joia, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel D'Acha que disse que “apesar dos diversos condicionalismos que foram colocadas por sucessivos governos com a retirada de verbas e a criação de legislação que lhe reduziu a ação e competências, o poder local deu um extraordinário contributo, amplamente reconhecido, para o progresso do país, a valorização do território e a melhoria das condições de vida das populações.

Não questionando o papel dos municípios nesta intervenção, até pela sua capacidade económica e competências em grandes obras e infraestruturas, seria incorreto não reconhecer a ação imprescindível das juntas de freguesia enquanto nível autárquico que se encontra mais perto das populações, dos seus anseios e das suas necessidades do quotidiano.

O orçamento e opções do plano que nos são apresentados para o ano de 2019 continua a não valorizar e rentabilizar o desempenho das juntas de freguesia, ao não se assumirem de forma visível e com tradução orçamental uma verdadeira descentralização de competências e meios para as autarquias que lidam diariamente com os problemas das povoações e dos seus habitantes e onde estes se dirigem para tentar ultrapassar os inúmeros desafios com que se confronta quem vive muitas vezes em locais relativamente isolados, mas com problemas acrescidos.

Encontramos nas orientações que o orçamento suporta as habituais verbas avultadas para algumas ações que podem dar títulos de jornal, dar até alguma visibilidade mediática a Idanha-a-Nova, mas cuja eficácia no combate à desertificação e à consolidação dos territórios é por demais duvidosa, ainda que tais projetos e notícias comam, e bem, à mesa do orçamento municipal. O melhor seria que o executivo não pretendesse impor aos presidentes de junta verbas insuficientes para as competências a transferir, comunicadas às freguesias como facto consumado, sem ouvir as suas opiniões e preferências e bastante aquém de outras despesas incluídas no orçamento e que em nada se comparam pelos valores e utilização, às migalhas que se querem enviar para as juntas de freguesia.

Enquanto presidente de junta de freguesia não pretendo comprometer a ação do município mesmo com as reservas que aponte e que são cada vez mais generalizadas nas nossas gentes, incluindo os autarcas, mas considero que seria mais proveitoso para todos os níveis autárquicos do nosso concelho, e por consequência para as nossas populações, se existisse uma valorização das propostas das juntas de freguesia através de uma prévia audição dos seus representantes para dar corpo a um orçamento, ou à transferência das verbas conducentes à concretização de tais planos e atividades.

Se existisse essa postura e orientação por parte do executivo, libertar-se-ia a câmara municipal de algumas tarefas que poderiam ser delegadas, para se empenharem intervenções de maior amplitude concelhia e com rentabilidade concreta para o nosso concelho, ao mesmo tempo que se conferia às juntas de freguesia meios para se responder às necessidades que tão bem conhecem e para as quais têm soluções. Claro que para que tal suceda é necessária uma alteração profunda na forma de relacionamento do executivo com as juntas de freguesia. Terá que existir uma intenção assumida e consolidada de valorizar o papel das juntas de freguesia e por inerência ocorrer uma auscultação regular, mas não meramente de rotina e circunstância aos presidentes de junta.

Como disse considero que esta proposta de orçamento e grandes opções do plano continuam a não descolar da visão centralista e da concentração de poderes e meios que em nada valorizam o papel das juntas de freguesia e permitam uma maior rentabilização dos recursos financeiros e logísticos que existem no nosso concelho,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 9 DE 22-12-2018

nomeadamente ao não transferir para as freguesias os meios que correspondem ao reconhecimento do seu papel essencial na gestão autárquica. No entanto, como referi, não quero ser acusado de comprometer a ação da câmara municipal, mesmo questionando se as orientações apresentadas são as que melhor servem o concelho e as freguesias e por isso não irei rejeitar estes documentos, mas serei forçado a abster-me.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente de Junta de Freguesia, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Joana Rossa que disse que “a litoralização progressiva do país, que acentua a tendência para o despovoamento, envelhecimento e empobrecimento das regiões do interior, as quais representam cerca de 2/3 do território nacional, tem vindo a agravar-se e convoca-nos para a procura urgente de soluções, que contrariem uma trajetória insustentável.

O estádio que se alcançou já não deixa margem de manobra para meios termos. A situação atual do interior impõe seletividade.

Estaremos perante as últimas oportunidades para, através de políticas públicas adequadas, se conferir maior resiliência aos territórios do interior e promover de forma efetiva a tão badalada coesão territorial.

Detenho-me, pelo exposto, no vetor estratégico, definido na Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano financeiro de 2019, e que identifica a pretensão de “*aprofundar os laços de cooperação transfronteiriça, com organismos espanhóis, aproveitando os canais de ambos os países para organização e divulgação conjunta de ações.*”

De facto, o que têm, o interior de Portugal e de Espanha, em comum?

De um lado e de outro da fronteira, territórios com baixa densidade populacional e uma população envelhecida. Tratam-se de áreas predominantemente rurais (79%), com um tecido produtivo pouco diversificado, que assenta em PME e microempresas. Apesar dos progressos dos últimos 25 anos, feitos à boleia do programa europeu INTERREG, o efeito fronteira não se esbateu.

A fronteira terrestre luso-espanhola é a fronteira mais estável, mais antiga e mais extensa da União Europeia. Todavia e contrariamente à situação geral da Europa, onde as regiões transfronteiriças tendem a ser as mais atrativas, que mais geram emprego e riqueza e que mais potenciam o desenvolvimento do território, as regiões transfronteiriças ibéricas são das mais pobres e abandonadas.

Urge, pelo exposto, apostar na centralidade ibérica destes territórios, identificando projetos específicos, capazes de alavancar um novo paradigma na relação transfronteiriça e favorecer a coesão e a competitividade destes territórios. O interior deve deixar de ser visto como um território longínquo, que precisa de assistência, e deve ser visto como um grande centro da Península Ibérica, um mercado económico que vale por si.

O tempo de termos as costas voltadas a Espanha ficou há séculos atrás. É agora tempo de virar o interior para o interior e recomeçar viagem, como escreveu Saramago: “É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na Primavera o que se vira no Verão, ver de dia o que se viu de noite...”

Ações como o projeto “Passaporte Idanha-a-Nova”, incluído na presente Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano, destinado sobretudo ao mercado ibérico e que visa potenciar as infraestruturas turísticas e culturais do concelho, permitindo a visita a uma rede de seis espaços turísticos e museológicos é, desta forma, e pelo exposto, de enaltecer, não só pelo projeto em si, mas essencialmente porque percebemos que, mais do que derrubar o efeito fronteira, convida à cooperação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

Refira-se, de igual forma, e no âmbito do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha/Portugal, e do seu eixo prioritário “*Prevenção de riscos e melhoria da gestão de recursos naturais*”, o projeto participado a 75%, promovido pelo município de Idanha-a-Nova, que visa a gestão eficiente dos recursos naturais, culturais e turísticos do TEJO internacional, na mesma linha de cooperação transfronteiriça.

Para terminar, e com efeito, o mais importante não será unir Estados, é unir pessoas, que enfrentam problemas comuns e que carecem de soluções comuns. A aposta no lançamento de sementes conducentes a uma cultura de confiança, revela-se, assim, primordial, na medida em que permite o aumento considerável da permeabilidade do espaço fronteiriço e, conseqüentemente, a diminuição do seu efeito barreira.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “ senhor Presidente apenas aqui alguns pontos, uma vez que a visão global do orçamento será debatida mais a seguir. Falávamos há pouco de um caminho em geral e eu lembrando-me que há uns tempos atrás que numa assembleia falávamos deste tema, e que é um tema que já vem vindo aqui há bastante tempo, que se trata de fazer uma rede de reconhecimento de caminhos públicos do concelho. O senhor Presidente veio aqui dizer, aquando da discussão da atividade do município, e na altura verificámos que foi adjudicado a uma empresa um projeto exatamente para mapear, para cadastrar, sinalizar esses caminhos, portanto a pergunta que eu faria e porque é uma obra de importância para os munícipes e proprietários de terrenos, e vemos que isto não é uma realidade só daqui também é de todo o país, que cada vez mais são fechados caminhos, que sempre foram acessíveis a todas as pessoas e não só aos proprietários, importantes, o não ter, e essa dificuldade eu sinto muitas vezes com os munícipes em identificar se um determinado caminho é público, se é privado, é significativa e causa danos evidentes, não só para os proprietários mas sim para o público em geral, e esse é um ponto que eu gostaria de ver respondido, mas também contemplado no orçamento a questão da conservação, da identificação de todos esses caminhos e de todo esse cadastro territorial.

Relativamente à reabilitação e que deverá ser uma das bandeiras, ou pelo menos um dos esforços, do executivo e vê-se que os serviços municipais obras e de fiscalização que se vêm a braços com problemas significativos de obras em ruína que causam perigo para as pessoas em geral, para os edifícios confinantes, mas nas grandes opções do plano a parte que é contemplada, quer não ordenamento do território, quer na habitação, é uma fatia muito insignificante, sendo certo que depois abrindo a rúbrica das construções nas despesas de capital temos aqui um valor de cerca de três milhões de euros. Agora não percebemos efetivamente na abertura de todas estas rúbricas se se trata de reabilitação. Pareceu-me, pela explicação que foi dada pela senhora chefe de divisão que será a grande fatia para acolhimento de atividade empresarial de bases rurais e não propriamente uma verba dotada para a reabilitação dos edifícios deste concelho.

Outro aspeto que eu também gostaria de ver esclarecido, e há muito tempo que vem sido falado e é um problema que afeta os munícipes e os proprietários de imóveis deste concelho, é a revisão dos índices do IMI. Há muitos a nos que eu ouço aqui nesta assembleia falar dos esforços que estão a ser feitos junto dos vários governos para a revisão dos índices de localização, porque será disso que se trata e é aí que se pode fazer a diferença relativamente às zonas do interior às zonas do litoral, e mais uma vez encontramos aqui refletido neste orçamento mais um esforço para a revisão dos índices do IMI. Peço ao senhor Presidente da Câmara que numa próxima assembleia municipal que nos traga documentado todos esses esforços, e é um requerimento que eu aqui faço, que têm sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

feitos nessa perspetiva, para que aquando dessa votação do IMI. Já possamos ter os elementos necessários, e quiçá até fazer uma moção para que seja levado ao governo efetivamente a revisão dos índices do IMI.

Relativamente, e por último, às transferências de capital da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia entendemos, tal como vimos dizer sempre e desde o início que são manifestamente poucas, e tanto são, que pela primeira vez numa assembleia municipal, assistimos a pelo menos dois presidentes de junta a expressar diretamente e sem qualquer entraves esta dificuldade que as juntas de freguesia têm, mais uma vez não são os governos só que criam essas dificuldades, mas percebemos que são efetivamente o executivo que não transfere as verbas suficientes, comparativamente com outras entidades, para que possam fazer convenientemente o seu trabalho, um trabalho digno, um trabalho sério, junto das populações que assistem diariamente.”

Terminada intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Alberto Umbelino que disse que “estamos mais uma vez em presença de um orçamento, e os orçamentos como todos podem ser flexíveis, podem ser dinâmicos e podem ser estáticos. Este orçamento para 2019 afigura-se realista, ambicioso, rigoroso e capaz de dar continuidade às políticas implementadas nos últimos anos pelo Município de Idanha-a-Nova, com prioridade para a Coesão Económica e Social, destacando-se a intervenção nas áreas da Educação, Ação Social e Economia, afirmando-se como um concelho que pretende ser cada vez mais atrativo e reconhecido dentro e fora do país.

É possível encontrar referências nas Grandes Opções do Plano de 2019, que vão de encontro quer às necessidades e expectativas das populações, quer como às necessidades das empresas e instituições locais.

O orçamento de 2019 tem como ponto de partida a performance histórica que influencia, entre outros indicadores, o saldo de gerência e a capacidade de endividamento. Relativamente ao endividamento é necessário ter presente que o limite resulta da aplicação do multiplicador 1,5 sobre a média da receita corrente cobrada líquida nos últimos 3 anos.

Assim, no final de 2017 o limite da dívida total era de 21 milhões e 727 mil euros; os dados mais recentes disponíveis, relativos ao 3º trimestre de 2018, indicam uma evolução para 22 milhões e 159 mil euros, o que só pode ser entendido como uma maior capacidade de gerar e cobrar a receita corrente sendo, por isso, um bom indicativo da dinâmica económica do concelho medido na capacidade de atração de novo investimento e iniciativas empresariais.

Se o limite de endividamento aumentou, como se comportou a dívida em si? Já era sabido que, no final de 2017, a dívida tinha aumentado 47,03% em relação ao início do ano, em função do financiamento bancário contraído nesse período. Dados do 3º trimestre de 2018 indicam uma redução da dívida em relação a dezembro de 2017, de 22,56%.

Tal indica que o município dispunha no final do 3º trimestre uma margem muito significativa, de 17 milhões e 582 mil euros, sendo utilizável 20% deste valor, correspondente a 3 milhões e 516 mil euros.

Este é um valor que merece reflexão: Não deverá ser este um instrumento para intervenção do município onde o orçamento não chega e o Portugal 2020 não alcança?

Do exercício de 2018 há um momento que se destaca: a recuperação, ou o resgate, se quisermos, de uma verba aproximada de 1 milhão de euros resultantes da submissão de despesa ao INTERREG em sobre execução, algo que se julgava altamente improvável. Recorde-se que este foi um dos pontos que mereceu do ROC da Câmara a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

qualificação das contas em 2017, por ter sido considerado em Ativo o subsídio a receber do INTERREG e não existirem evidências suficientes para confirmar o seu recebimento. Revela-se, agora, que havia razão em persistir. Tal só foi possível por a autarquia ter tido a capacidade, no momento certo, para contrair dívida, executar investimento e agora recuperar na forma de incentivo.

A outra qualificação na forma de reserva prendeu-se com a dificuldade em validar a justificação formal para o valor dos imóveis inscritos na contabilidade. Ora, tal dificuldade só é ultrapassada com uma melhoria nos serviços internos, um upgrade da estrutura, uma vez que se exigirá um trabalho minucioso para a identificação, regularização e gestão de tão avultado património.

Revela-se, agora, que havia razão em persistir. Tal só foi possível por a autarquia ter tido a capacidade, no momento certo, para contrair dívida, executar investimento e agora recuperar na forma de incentivo.

Penso, até, que poderia ter sido feito mais em termos de organização para a redução do prazo de pagamentos uma vez que a recuperação das verbas do INTERREG terá possibilitado uma folga de tesouraria que dificilmente se conjugará novamente. Passar de 47 dias em dezembro para 37 dias no final do 3º trimestre prazo de pagamentos terá sido um objetivo mínimo alcançado.

O mesmo princípio, de aproveitar todas as oportunidades de cofinanciamento através de incentivos comunitários está espelhada no orçamento que agora se aprecia, incidindo sobretudo, nos seguintes pontos:

- Reabilitação urbana que, por força das regras e normativos do Quadro Comunitário, tantas vezes paradoxais e incompreensíveis, limita o âmbito de intervenção geográfico à Vila de Idanha-a-Nova, deixando desprotegidas as restantes freguesias. Este é um dos pontos que causa maior preocupação e deve merecer da autarquia especial atenção: se o Portugal 2020 não protege as freguesias, compete ao executivo encontrar alternativas de financiamento, eventualmente através da folga no endividamento já identificada, para suprir lacunas graves e urgentes nas localidades menos populosas e mais vulneráveis.

- Eficiência energética – é uma das prioridades dos incentivos comunitários. Espera-se que as intervenções previstas representem uma poupança significativa. No entanto, causa preocupação que uma das principais rubricas de gastos, relativa ao setor das águas, ainda não tenha merecido uma intervenção global e estrutural;

- Intervenção no conjunto arqueológico e arquitetónico de Idanha-a-Velha, complementando o processo Revive que já está em curso;

- Refletindo a preocupação já evidente em anteriores orçamentos com o bem-estar da população e, nomeadamente, na Educação, será possível intervir nas Escolas Básicas de Idanha-a-Nova, Penha Garcia e Ladoeiro no que será um dos escassos exemplos de descentralização permitidos pelo Portugal 2020.

Prioridade para a Coesão Económica com destaque nas áreas da Educação, da Ação Social, da Saúde e da Economia.

Considera-se neste último ponto o apoio aos empresários na criação do seu próprio emprego, promoção de setores geradores de riqueza e investimento em abordagens inovadoras, reforço das condições e recursos das estruturas empresariais do concelho, no apoio ao empreendedorismo e inovação, promoção das empresas locais nos mercados nacionais e internacionais, na procura de novas oportunidades e crescimento sustentável.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

Sendo este orçamento documento um elemento primordial e estruturante das políticas macros económicas da autarquia, expressam as medidas e ações previstas um compromisso para o concelho garantindo as condições de qualidade de vida dos idanhenses, bem como investidores e visitantes.

Advinha-se um exercício que exige uma execução de muito rigor, prudência e responsabilidade, para superar dificuldades e diminuir os riscos imprevisíveis e sustentabilidade dos processos, sempre acautelando o equilíbrio financeiro da autarquia.

Continuamos a privilegiar as pessoas, que é a maior riqueza do concelho, e seguramente também desejar a todos os munícipes um Feliz Natal e Próspero Ano Novo 2019.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ nós estamos perante dois documentos de análise exaustiva que nunca temos tempo suficiente para fazer a análise que os documentos nos merecem, é um facto, nós deveríamos provavelmente ter mais tempo para fazer isto, mas nem sempre é permitido. Este documento é fundamental para percebermos os objetivos da câmara municipal e ver o que é que a câmara, ou este executivo camarário, pretende para o concelho no futuro.

Este documento é a oportunidade para virar páginas, é a oportunidade para criar soluções, desenvolver soluções, para combater as queixas várias que vão havendo ao longo dos tempos. Eu aprecio particularmente a forma como alguns dos senhores deputados se expressam aqui e tento também aprender a forma como o fazem, além do mais dominando áreas que eu não domino, portanto eu agradeço a forma simpática como o senhor deputado Alberto Umbelino faz aqui as suas intervenções e o senhor falou na continuidade e falou em upgrade, mas continuidade é aquilo que eu esperava que não viesse neste orçamento, eu achava que deveria ter havido aqui um upgrade de lançamento para criar soluções. Quero agradecer à doutora Carla Santos a forma simpática como fez a apresentação, e esta apresentação nova que tem aqui algumas características diferentes das anteriores nomeadamente os gráficos, e não faz mal em incluir aquele resumo, porque está cá tudo. O senhor Presidente ficou muito incomodado quando eu falei nisso, já o ano passado eu falei nisso e deve fazer parte dos documentos que a senhora aqui apresenta e não fere ninguém se os apresentar também.

Quando se refere aqui a despesas e a verbas, não há elevadas nem baixas, há números, quem tem que classificar como tal somos nós, é uma classificação política, uma análise política, que é aquilo que nós fazemos aqui.

As grandes opções do plano são o instrumento para o funcionamento desta casa e dependem do executivo, é o executivo que determina isto, razão pela qual no índice elas estão enumeradas, eu pensei que elas estivessem enumeradas pela sua importância, mas não uma vez que as dotações que têm não correspondem à posição que ocupam na lista. Mera consideração. Depois diz que são um instrumento de gestão rigoroso, é um instrumento de gestão rigoroso, é um facto, mas depois percebe-se que isto ainda não está tudo definido porque vai haver alterações. A prioridade são as pessoas, em particular os munícipes do nosso concelho que são a maior riqueza do território, lá está o papel fundamental desempenhado pelos senhores presidentes de junta de freguesia. Depois diz aqui uma coisa que eu acho estranha, mas está cá e não é simpática, vem aqui a prioridade como o senhor referiu para coesão económica e social, mas depois diz que as políticas são transversais e implicam uma redução dos índices de envelhecimento do concelho e eu não percebi muito bem como vão fazer isto, como é que se vai reduzir isto, porque não vem explicado, porque o que aqui vem escrito é vago. A construção do futuro do concelho de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

Idanha-a-Nova é com o trabalho realizado pelas juntas e uniões de freguesia freguesias? No indispensável apoio de proximidade às populações e com as pessoas. Não tem aqui as pessoas.

Depois temos aqui uma série de referências relativas a políticas macro económicas desta autarquia, e o senhor sobre isso sabe mais do que eu. Fala-se sempre em qualidade, a qualidade de inovação, a qualidade de quê? Mas o que é isto da qualidade? A qualidade é de qualquer coisa, aqui não se fala, portanto é um documento vago.

Ó obvio que depois temos o orçamento que vai consolidar tudo aquilo que aqui está dito, mas quando vamos ver as grandes opções do plano temos aqui um aumento da produtividade, peço desculpa, na prestação de serviços à população. Como é que se mede isto, tal como não sabemos como é que se mede a qualidade de gestão, isto deve ser nas urnas depois, mas vêm aqui focados.

As orientações estratégicas para o concelho de Idanha-a-Nova. Onde é que estão essas orientações, quem é que as fez? Foram os consultores? É que para consultadoria e apoios há aqui uma verba de meio milhão de euros, mas entretanto o senhor Presidente da Câmara já nos disse que temos de meter mais quadros, razão pela qual aparece um milhão de euros, não sei se repararam na receita corrente que deve ser para algum empréstimo, mas vem lá um milhão. E como ouvi falar num milhão, deve ser para isso. Portanto andamos sempre aqui a aprender uns com os outros.

Depois vemos as grandes opções do plano e vemos que as grandes opções do plano foram definidas de acordo com as orientações estratégicas traçadas para o município. Por quem? Depois falamos em continuidade, continuidade, no reforço, continuar, no reforçar, é sempre continuidade. Não alteramos e passamos o tempo a falar do despovoamento e não alteramos nada para combater o despovoamento.

Depois temos aqui o promover a sustentabilidade ambiental através de políticas inovadoras e diferenciadoras, isto é vago.

Aplicar a isenção da taxa de derrama para empresas com sede no concelho, pare-me correto, elas têm que vir para cá e como é que vêm? Vêm se for promovido ações para que elas venham para cá. Promover as empresas locais nos mercados locais, regionais, nacional e internacional. Quais, quantas e sob que critério?

Temos depois aqui uma coisa gira que é privilegiar uma atitude preventiva e formativa no desempenho nas funções de fiscalização municipal. Isto é ética, e ética é aquela coisa que teve que ser feita um regulamento para dar aos membros do governo para saber o que podiam ou não fazer para cumprir e respeitar a ética, para não aceitar presentes e outras coisas estranhas que acabam por acontecer.

Vão elaborar planos de defesa contra incêndios. De quanto em quanto tempo, não vem referido.

Participar em feiras de turismo de carácter nacional e internacional. Como? Com quem e com que meios? Levamos as nossas tendas? É que temos muitas e ainda não vi aqui nada referente a tendas, mas nós com tantas tendas vai ser um sucesso em qualquer lado.

O mundo rural tem menos de 4% no que contempla aqui este orçamento e enfim, isto é uma bandeira deste executivo.

A estratégia recomeçar em Idanha-a-Nova é uma estratégia a médio prazo, 2015/2025, delineada em conjunto com 52 stakeholders locais que integra projetos inovadores e diferenciadores. Nós precisamos é de pessoas. O senhor Presidente, em tempos, anunciou que vinham setenta mil a caminho, chegaram quatro, depois chegaram mais uns



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

quantos, longe dos setenta mil, mas obviamente eles ainda acabarão por chegar porque da forma como fez este documento, eles provavelmente virão.

Este documento para o qual acabei de chamar a atenção de alguns pontos corresponde às grandes opções do plano

Como sabem os projetos têm aqui uma verba elevada no capítulo da receita de um milhão, quatrocentos trinta e dois mil, novecentos e treze euros e eu gostava que tivessem em atenção estes valores. Temos também uma nova receita, transferência de capital do número três do artigo 45.º da Lei e cá está então um milhão de euros em outras receitas de capital de que eu há pouco falei.

Como sabem as despesas com pessoal o senhor Presidente disse que provavelmente teriam que aumentar porque precisam de mais quadros, já correspondem a 36,5% da despesa corrente. Estudos, pareceres, projetos e consultadoria está aqui quase meio milhão de euros e este meio milhão de euros vai gerar projetos e outras coisas, portanto gastamos meio milhão de euros e depois vamos lá buscar teoricamente um milhão, quatrocentos e trinta e dois mil euros, portanto temos aqui um balanço positivo.

E agora temos aqui uma situação que são as freguesias, e vou voltar a falar das freguesias porque estou um pouco preocupado pelo facto de hoje se estar a falar tanto em freguesias e serem os senhores presidentes de junta a vir aqui falar. Eu venho aqui já há muitos anos falar na altura do orçamento sempre da importância que demos e deveremos dar às juntas de freguesia. As juntas de freguesia em termos de receitas neste orçamento virão por outras vias, por contratos próprios co acórdãos, seja como for, virão naturalmente mais fundos para as juntas, hipoteticamente, exceto para aquelas aonde o senhor Presidente da Câmara não queira investir, ou esta câmara, ou este executivo. Atenção que isto pode acontecer. As freguesias recebem oitocentos mil euros e as instituições sem fins lucrativos oitocentos noventa e oito mil euros, isto em termos de receita corrente. De capital, quarenta e cinco mil para as freguesias, quatrocentos vinte e seis mil para as instituições sem fins lucrativos. Senhor Presidente nós defendemos sempre e continuaremos sempre a defender o Presidente da Junta de Freguesia e as freguesias como a entidade mais próxima dos munícipes e aquela que efetivamente pode ter um contato mais próximo com as pessoas, os anseios e as necessidades. Nunca deixaremos de defender o papel importante que têm os senhores presidentes de junta ou de uniões de freguesias quer aqui, quer lá fora e o papel muitas vezes solitário que desempenham, se porventura não tiverem o apoio da Câmara Municipal. Não podemos aceitar que sejam tratados e continuem a ser tratados da maneira como têm sido até agora e que está patente, dadas as intervenções que aqui assistimos hoje, quer neste ponto, quer no ponto anterior.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que “ hoje falámos aqui nas freguesias e eu com muito gosto vou falar em números. Ano de 2018 o apoio às freguesias da Câmara Municipal de Idanha e depois vou comparar com dois municípios aqui ao lado. Em 2018 nós demos às juntas de freguesia, e houve duas juntas de freguesia que vieram aqui dar a cara com o seu descontentamento e curiosamente as duas que receberam mais dinheiro e eu digo os números, São Miguel D’Acha recebeu 80 101 euros, campeã, e foi a única que não entrou nas listas do Partido Socialista, e ainda dou outro exemplo, no meu mandato anterior houve também uma junta de freguesia que foi eleita não nas listas do Partido Socialista que foi Rosmaninhal e sabem o que é que eu disse até a alguns apoiantes do Partido Socialista da outra lista que perdeu e que lhes disse, a partir de hoje não há listas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

vencedores e vencidos estamos cá para lutar pelo Rosmaninhal. E está aqui um habitante de uma das pequeninas localidades do Rosmaninhal que pode testemunhar isto, que eu falei e disse-lhe, a partir de hoje o senhor tem um Presente de Junta de Freguesia que não foi eleito nas nossas listas, mas é o Presidente de Junta eleito e portanto é com ele que trabalha e espero que ele faça um bom trabalho, como tem feito e agora teve a nossa confiança. Esta é a nossa postura aqui. Monfortinho em 2018 recebeu 74 721 euros e trinta e cinco cêntimos. Quem recebeu mais foi São Miguel D'Acha logo seguido da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo.

Apoio logístico, porque para além do dinheiro que mandamos para as juntas de freguesia, lá vão carradas de touvenant, autocarros porque os autocarros gastam gasóleo e levam motorista que é pago pela câmara, e aqui temos de todas as freguesias quem recebeu mais foi exatamente São Miguel D'Acha, 7 696 euros e sessenta e um cêntimos.

Agora vamos comparar, o valor que nós temos dá em média para as juntas de freguesia do concelho de Idanha sessenta e um mil, quinhentos trinta e oito euros, no concelho de Castelo Branco, que tem um orçamento de quarenta e tal milhões de euros, no orçamento tem uma verba de quinhentos e quarenta mil euros, o que dá uma média de vinte e oito mil euros por freguesia. No concelho do Fundão, até para serem dois partidos diferentes, tem 23 freguesias e tem no orçamento cento e sessenta e dois mil e trezentos euros, o que dá uma média de sete mil euros. Esta é a realidade que nós temos senhores deputados e era isto que eu queria aqui dizer.

Para completar só dizer que São Miguel tem um FEF de 47 387 euros e nós demos o dobro do FEF e Monfortinho tem 100 000 euros de FEF e nós aproximamo-nos quase do FEF. Portanto se isto não é apoio às freguesias, o que será. É evidente que aqui os senhores deputados do PSD isto ainda é insuficiente, para eles é sempre insuficiente, esquecemo-nos é que foram os senhores no governo anterior que liquidaram as freguesias no concelho de Idanha contra o qual nós lutamos. Os senhores são a favor das freguesias quando lhes apetece, mas para liquidar as freguesias foram os senhores que votaram aqui a favor, aqui na Assembleia Municipal votaram a favor pela extinção das freguesias e agora são a favor das freguesias só porque vos apetece? Isto é que é hipocrisia política, os senhores não são a favor das freguesias, são a favor quando lhes apetece politicamente. É fácil estar aqui na oposição a dizer, nós damos quinhentos mil, isso é pouco, e se dermos um milhão é pouco e se dermos cinco milhões, é pouco, para os senhores é sempre pouco, mas quando foi o tempo de defender as freguesias onde é que vocês estavam? Liquidaram-nas contra a nossa vontade, porque nós votamos aqui contra, o Partido Socialista votou contra e os senhores a favor. Isto é que é preciso dizer às freguesias e às populações. Isso é que é hipocrisia política”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia disse que “ o senhor Presidente da Câmara já fez uma abordagem à proposta do orçamento e permitam-me também, enquanto deputado municipal, que possa exprimir a minha opinião sobre esta proposta de orçamento e grandes opções do plano para o ano de 2019. Eu faço-a enquanto deputado municipal e nada nem ninguém me pode proibir ou ficar condicionado de fazer a minha apreciação da proposta.

Eu sou um munícipe do concelho de Idanha-a-Nova, como a grande maioria dos que aqui estão e como diz, e muito bem, o senhor deputado Paulo Baptista, eu não acredito que haja ninguém nesta sala que não queira o melhor para o nosso concelho, podemos ter divergências de apreciação do documento, divergências da forma como as verbas são atribuídas, mas não acredito que haja aqui ninguém que não queira o melhor para o nosso concelho. E nesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018

aspeto permitam-me que vos diga que a apreciação que eu faço enquanto cidadão e enquanto munícipe, é uma apreciação que eu faço com gosto, porque reconheço ao Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova o esforço que faz, pessoal, muitas vezes até em prejuízo da sua própria vida familiar a grande maioria das vezes. Na captação de riqueza e de investimento para o nosso concelho. A forma como o faz pode não agradar a todos, mas isso é a política, isso é uma forma de fazer política e ele fá-lo com os seus colaboradores da melhor maneira que sabe e pode.

Por isso este documento que nós temos aqui em apreciação, é um documento político da responsabilidade da câmara municipal, não é da responsabilidade dos assessores externos A ou B, é da responsabilidade do executivo da câmara municipal. E é isso que o presidente dos pede, para nós todos, enquanto cidadãos eleitos avaliar este documento. Somos livres de o fazer, sim ou não, e temos essa responsabilidade.

Já tivemos aqui uma intensão de voto do senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel D'Acha que veio aqui expressar a sua opinião livremente, independentemente da resposta que teve depois por parte do senhor Presidente da Câmara.

Por isso senhores deputados este é um documento político da responsabilidade de câmara municipal não é de responsabilidades externas, por isso enquanto cidadão e enquanto munícipe e enquanto deputado municipal só posso dar o meu apoio incondicional a este documento.”

Terminada a intervenção o senhor Presidente da Assembleia referiu que iria dar a palavra novamente aos grupos municipais para apresentarem a sua declaração de voto, se assim o entenderem e caso não o pretendam fazer, passaremos à votação do documento.

Assim deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista, em representação do Grupo Municipal do PSD/PP que disse que “ é muito complicado para o senhor Presidente da Assembleia dissociar-se da sua função de Presidente da Assembleia Municipal e de munícipe, uma vez que enquanto a exerce tem na mesma que exercer a autoridade, mas isso é uma questão de que falaremos noutras ocasiões se porventura vier a acontecer. De qualquer das maneiras e só falando do documento gostaria de chamar a atenção para o documento que nos é enviado que há mapas de quase impossível leitura dada a diminuta escala em que estão e por isso chamava a atenção ao senhor Presidente da Câmara para isso. Queria chamar a atenção para uma outra situação que tem a ver com o comportamento dos senhores deputados nesta sala, do público, e como sabem á um regimento que ainda não foi aprovado e também chamaria a atenção do senhor Presidente da Assembleia para que esse documento venha aqui para apreciação e depois recomendo a leitura desse documento pelas várias pessoas envolvidas, nomeadamente aos membros da câmara, para perceberem como é que funciona, o que é que os deputados vêm aqui fazer, que vêm fazer perguntas, que vêm fazer observações, vêm dar concelhos, os membros da câmara estão cá para responder, o senhor Presidente da Câmara também, e depois há várias coisas que se podem fazer, pode-se patear, apupar, podem-se fazer muitas coisas e algumas podem não ser muito simpáticas, mas como eu faço aqui várias intervenções e quando sou interrompido já estou um bocado habituado a isso e portanto dou isso de barato.

De qualquer das maneiras estamos aqui para falar de um documento, eu vim aqui anunciar algumas coisas relativamente ao documento, não vou estar, nem iria estar, de maneira nenhuma, em meu nome pessoal ou do grupo municipal a tentar ver tudo o que está e perguntar de tudo o que está no orçamento e no orçamento estão efetivamente vertidas os dados aritméticos que permitem justificar o plano de atividades, mas não é isso o que eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 9 DE 22-12-2018

venho aqui fazer, já fiz isto noutros anos, eu vim aqui falar daquilo que nos preocupava, e do facto do documento não constituir em si um instrumento adequado para o próximo ano, carente de muita melhoria e por isso mesmo aqui vim criticá-lo. Naturalmente que o faço com toda a honestidade democrática que me é permitido, fá-lo-ei sempre.

Relativamente às freguesias, eu ouvi aqui o senhor Presidente da Câmara, que vem sempre com uma vontade de apontar a responsabilidade, e eu estava ali sentado e não tenho nada a ver com isso mas votei aqui quando houve essa situação e que me lembre não foi a favor da extinção de freguesias. A memória não me deve trair, mas o senhor Presidente quando vem aqui fazer acusações tem que ter a certeza daquilo que faz porque, pode tornar-se complicado depois gerir as suas poucas certezas.

De qualquer das maneiras o documento foi aquilo que nos juntou aqui hoje, para além doutras coisas, e dado aquilo que o documento contém, as diretrizes que trem e a continuidade que nada altera o estado de coisas, nós não poderemos votar favoravelmente e por isso iremos votar contra, com toda a legitimidade, que é para isso que estamos aqui. Queria, antes do mais, chamar mais uma vez a atenção para a forma intransigente, como sempre, temos defendido o poder que deve ser dado e a última vontade que deve ser dada aos Presidentes das Juntas de Freguesia e às freguesias que existem para isso mesmo.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ tal como o senhor Presidente da Mesa disse que a proposta de orçamento que está aqui a ser analisada é da responsabilidade política do executivo da câmara, e como é da responsabilidade política, nós não vamos votar contra, nem vamos votar a favor, vamos abster-nos.

A maior apreciação que nós vamos fazer deste orçamento será, mais menos de hoje a um ano e espero que em grande acordo, em clima de paz e de união, em clima de satisfação por estarmos aqui e por fazermos parte das autarquias, porque assim se reflete a nossa grande preocupação pelo bem-estar das populações deste concelho, sejam poucas ou sejam muitas, temos todos em conjunto fazer com que haja realmente bem-estar e bom viver no nosso concelho.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João Geraldês que disse que “ o Grupo Municipal do Partido Socialista vai votar favoravelmente a proposta de orçamento e grandes opções do plano e já que começámos com freguesias, também acabo com as freguesias. Realmente foi o então Ministro Relvas que fechou, mas também não convém esquecer o próprio PSD do concelho de Idanha-a-Nova também não apresentou muitos candidatos às freguesias e isto também demonstra o total abandono que a própria concelhia do PSD tem perante as freguesias.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal relativa à *PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: três – Paulo Baptista, Susana Martins e Paulo Rodrigues;

Votos de abstenção: dois – Maria Lurdes Boavida e Jorge Joia;

Votos a favor: vinte e três.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 9 DE 22-12-2018**

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM TRÊS VOTOS EM CONTRA, DOIS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E TRÊS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO TRÊS: FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM (RETIFICAÇÃO) – O senhor Presidente da Assembleia informou que este documento vem à assembleia porque houve um erro na sua feitura aquando da nossa aprovação, dado que falava-se do ano de 2018 e obviamente não é o ano de 2018, mas sim é o ano de 2019. É apenas para retificarmos o ano de apreciação do documento.

Seguidamente informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido para uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa à *FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2019.”

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia em cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.

Não houve qualquer pedido de intervenção por parte do público presente.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.